

GESTÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS BAIANOS: CONCEPÇÕES E FORMAS DE PROVIMENTO EVIDENCIADAS NA LEGISLAÇÃO LOCAL

Selma Barros Daltro de Castro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), scastro@uneb.br

Silvaneide Santos Cordeiro

UNEB, silvaneidecordeiro1992@gmail.com

Hemily Araujo dos Santos

UNEB, hemily.araujo1@gmail.com

INTRODUÇÃO

A demanda por uma gestão democrática no âmbito da escola ganhou força entre os anos de 1980 e 1990 e se fortaleceu a partir da regulamentação da Constituição Federal (CF), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do Plano Nacional de Educação.

Os fundamentos da gestão democrática, caracterizados por participação e descentralização assumem contornos diferentes nos dias atuais e, de acordo com Poli e Galares (2017), influenciados pelo neoliberalismo e sua lógica de mercado, ganham roupagem novas: a) participação passa a ser entendida como parceria para redução de custos e diminuição das responsabilidades do Estado; b) descentralização é compreendida como desconcentração, referindo-se a execução de ações previamente definidas.

A gestão da escola vai assumindo contornos diferenciado exigindo aprofundamento científico da temática a partir de vários contextos. Nesse sentido, esse estudo problematiza a gestão escolar, analisando as concepções da gestão escolar, bem como as formas de provimento da função do gestor escolar em oito municípios do interior da Bahia, situado geograficamente no Território de Identidade do Sisal (TIS)- Bahia.

O trabalho aqui apresentado, se insere como um recorte de uma pesquisa maior intitulada de “Gestão escolar em municípios do Território do Sisal: concepções reveladas nos documentos oficiais,” desenvolvida por pesquisadores e estudantes do grupo de pesquisa Educação Políticas Públicas e Desenvolvimento social (EPODS), vinculado à UNEB, Campus XI- Serrinha.

ASPECTOS PRELIMINARES SOBRE GESTÃO ESCOLAR

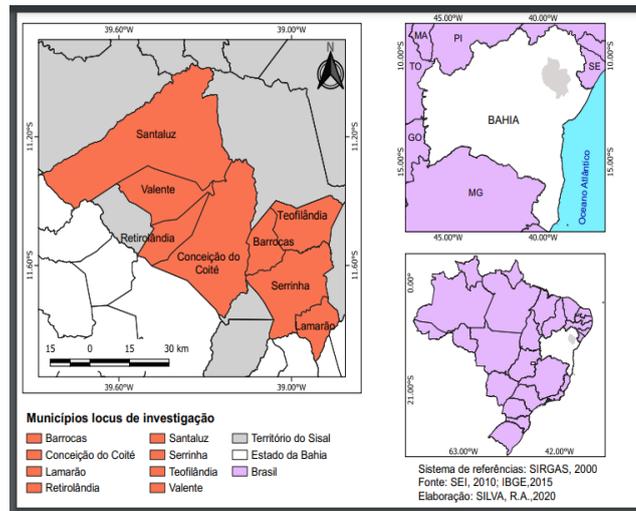
A gestão escolar, de acordo com Santos e Castro (2020) ultrapassa o conceito do gerencialismo, sendo compreendida como processo coletivo de concepção e ação, voltado para a promoção da emancipação humana, social e da garantia do direito à aprendizagem. Por tudo isso, a gestão escolar assume importante papel na construção e efetivação de uma educação democrática e de qualidade nas escolas públicas brasileiras

Concepções e modelos de gestão foram surgindo no cenário educacional, tornando-se um campo de discussões e estudos por alguns autores que dedicaram-se ao estudo dessa temática. Santos, Castro e Assis (2020) analisam diferentes concepções de gestão escolar sob a visão de alguns autores, apontando também que estes conceitos foram construídos historicamente, a partir de cada período político e educacional e revelam a polissemia que marca o conceito de gestão escolar, às vezes entendida igualmente como administração, outras vezes compreendida como espaço para efetivação de práticas democráticas ou ainda como estratégia para utilização de recursos e alcance de fins.

Metodologia

A pesquisa documental foi a opção metodológica utilizada na investigação e tomou como referência empírica o Território de Identidade do Sisal (TIS), que fica situado no semiárido da região sisaleira, no interior do estado da Bahia, formado por 20 municípios. Desses, 8 (oito) se constituíram lócus da investigação aqui apresentada, a saber: Barrocas, Conceição do Coité, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Valente, estão geograficamente situados na figura 1.

Figura 01: Municípios investigados



Fonte: Google imagens.

Os municípios supracitados têm como base econômica atividades ligadas à pecuária e a agricultura familiar. No que diz respeito ao âmbito educacional dos municípios os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ano de 2019, revelam que os municípios de Lamarão, Serrinha e Teofilândia não conseguiram atingir a meta projetada pelo Ministério da Educação. Os municípios de Barrocas, Retiroândia e Santaluz atingiram a meta dos anos iniciais e o município de Valente atingiu as metas tanto dos anos iniciais, quanto dos anos finais.

A pesquisa teve contou com apoio financeiro e institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e a UNEB e analisou documentos virtuais ou e/ou impressos durante o período de 2018 a 2020, como a Lei Orgânica, Plano Municipal de Educação, Estatuto do Magistério, Lei do Sistema Municipal.

Dos documentos analisados, a partir do instrumento produzido pelas pesquisadoras, denominado de Catalogando, foram extraídas informações sobre a caracterização geral do documento, concepções de gestão, ambivalências e contradições encontradas. A análise dos dados, apresentou duas categorias: a) Características, princípios e concepções de gestão; b) Formas de provimento para a função de gestor escolar.

ANÁLISE E RESULTADOS DE DADOS

Os dados coletados e posteriormente analisados, apresentaram os seguintes resultados:

a) Características, princípios e concepções de gestão

No Brasil, as práticas e características da gestão escolar fundamentam-se na relação entre “o sistema educacional e os grandes processos da sociedade: a economia, a política e a cultura” (SANDER, 2007. p. 11-12). Acresce que a (não) mobilização e (não) participação social foram aspectos preponderantes para a construção e desconstrução das condutas e valores que até hoje predominam no âmbito educacional brasileiro.

Os conceitos-chave como participação da comunidade escolar e órgãos colegiados, democracia são encontrados nos documentos oficiais dos oito municípios investigados o que indica, por sua vez, que há uma defesa legal em torno do modelo de gestão democrática no universo escolar,

b) Formas de provimento para o gestor escolar:

Dentre as formas de provimento para o gestor escolar, Paro (2016) apresenta três principais que se destacam, o concurso público, a indicação política e a eleição de diretores. Nos municípios de Conceição do Coité, Santaluz e Retirolândia apresentam a indicação do chefe do executivo como forma de provimento; Teofilândia anuncia a eleição direta, contudo necessita de uma regulamentação que a viabilize, e que por sua vez durante o período da pesquisa não houve comprovação de sua existência; Serrinha, Lamarão, Valente e Barrocas revelam certa contradição entre suas legislações, quando em algumas apontam a eleição e, por sua vez, em outras, a escolha é feita pelo chefe do executivo. Vale salientar que não houve, contudo acesso a documentos que comprovem pleito eleitoral no período das investigações.

CONCLUSÕES

Foi possível destacar o modelo de gestão democrática apresentado nos documentos oficiais dos oito municípios, fosse pela forma explícita de assumir tal concepção, fosse pela estratégias e diretrizes de gestão, como a participação social na gestão escolar e a orientação para criação dos órgãos colegiados nas unidades escolares

No que se refere às formas de provimento da função do gestor os resultados apontam a indicação política como forma para provimento para a maioria dos municípios investigados e mesmo nos municípios que definem a eleição, não foram encontrados documentos que evidenciassem a realização do pleito eleitoral.

Considerando que a gestão escolar se constitui como uma política educacional, é imprescindível que a análise das características históricas e políticas contidas nos documentos oficiais que a regulamentam, nos diversos municípios, seja realizada, como recomenda Mainardes (2006), a partir da articulação de processos macro e micro que subsidiam e influenciam tal política, dito isso, reafirma-se a necessidade da continuidade dos estudos, com a investigação e análise dos contrastes identificados nos demais municípios do TIS.

REFERÊNCIAS

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94>.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2016.

POLI, Luzenir; LAGARES, Rosilene. Dilemas da gestão democrática da educação frente ao contexto da Nova Gestão Pública. *RBP AE* - v. 33, n. 3, p. 835 - 849, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/76080/46226>.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber livro, 2007.

SANTOS, Hemily Araújo dos; CASTRO, Selma Barros Daltro de; ASSIS, Karina Macêdo de. Legislação e gestão escolar no município de Teofilândia. *R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol. Medianeira*. V. 11, n. 28, p. 1-18, set/dez, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/view/12826>

SANTOS, Solange Mary Moreira; CASTRO, Selma Barros Daltro de. Gestão Escolar em Feira de Santana: análise dos textos oficiais I *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p 1-15, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/92062>.